



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0012033-85.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Entregar**
 Requerente: **Cleonice Pinheiro da Silva**
 Requerido: **Ativos S.A - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora almeja à condenação da ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em fornecer-lhe gravações de conversas telefônicas entre as partes a propósito do pagamento de dívida que tinha para com a mesma.

Reconheço que a autora faz jus em princípio ao acesso às gravações de contatos telefônicos mantidos com a ré para tratar de assuntos que lhe dizem respeito.

Todavia, esse direito não há de ser exercido de maneira ampla e sem qualquer ausência de parâmetro.

Isso significa que não pode simplesmente a autora pleitear a entrega das gravações de conversas "*efetuadas neste ano*", sem nenhuma especificação.

Seria de rigor nesse contexto que ela delimitasse de maneira concreta quando aconteceram os contatos (dia, mês e horário), bem como que declinasse o número dos protocolos pertinentes, pois somente assim seria possível definir o âmbito da obrigação da ré.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Nem se diga que o fato da ré fazer alusão a trechos de alguns contatos (fl. 11) modificaria o quadro delineado, porquanto ainda assim o dever da autora permaneceria íntegro como forma de estabelecer com precisão a extensão da obrigação ventilada.

Assim, reputo que nos termos em que deduzida a pretensão exordial não prospera.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 09 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**